



terça-feira, 10 de Março de 2009 | 08:59

Lei contra planeamento fiscal «não está a ser aplicada»

A Lei que obriga a comunicar ao Fisco os actos de planeamento fiscal abusivo caiu, na prática, em "saco roto", saldando-se em apenas 21 as comunicações que até agora chegaram às Finanças, diz o Jornal de Negócios desta terça-feira.

«A maioria das fraudes de natureza fiscal não passa pelos profissionais, por isso eles não a podem detectar», diz Domingues de Azevedo, presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC).

O diploma, que entrou em vigor em Maio passado, prevê que os promotores de esquemas ou actuações de planeamento fiscal considerados abusivos os transmitam ao Fisco.

Aqui se incluem, não só os próprios sujeitos passivos, como empresas de consultoria e auditoria, técnicos oficiais de contas, bancos, advogados e revisores oficiais de contas no âmbito da sua relação com os seus clientes.

Contudo, segundo os dados revelados pelas Finanças no último Relatório do Combate à Fraude e Evasão Fiscal, em 2008 só 21 comunicações foram efectuadas. E, destas, nove foram iniciativa dos próprios contribuintes, tendo as restantes sido efectuadas pelos respectivos promotores.